

IDENTIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO E VALORAÇÃO DE ESPÉCIES ARBÓREAS EM RESERVA LEGAL DE AMAZÔNIA LEGAL PARA USOS MÚLTIPLOS

Dany Roberta Marques Caldeira ⁽¹⁾

Engenheira Florestal, professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jonathan Silva Moreira Rosa

Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Odair Carlos Zanardi

Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Renan Pulqueire Geschonke

Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Celso Bruneto

Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Endereço ⁽¹⁾: Rua/Av. Marechal Rondon, nº3890, Centro, Colorado do Oeste/RO, CEP 76993-000. Fone: (69) 3341-7801. e-mail: dany.caldeira@ifro.edu.br

RESUMO

Os programas de desenvolvimento regional destinados à Amazônia, desde o início do seu processo de ocupação, são marcados por políticas setoriais que surtiram efeitos diretos na região em que estavam inseridos, assim como não continham nenhuma ação relacionada diretamente às grandes alterações na dinâmica socioambiental. Perante a tais fatos buscou-se a realização de um projeto com o objetivo impulsionar o Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Legal, a partir do levantamento florístico para fins alternativos como o extrativismo vegetal, uso medicinal, manejo florestal sustentável, com suas potencialidades (madeira destinada à produção de biomassa, indústria moveleira, indústria naval

INTRODUÇÃO

Os programas de desenvolvimento regional destinados à Amazônia, desde o início do seu processo de ocupação, são marcados por políticas setoriais que surtiram efeitos diretos na região, uma vez que não continham nenhuma ação relacionada diretamente às grandes alterações na dinâmica socioambiental, resultando assim em níveis significativos de desmatamento derivados de múltiplos fatores, tais como a abertura de estradas pioneiras, o crescimento das cidades, a ampliação de pecuária extensiva, a acelerada exploração madeireira e a crescente agricultura intensiva de monoculturas.

O crescimento desordenado da região da Amazônia Legal faz emergir não só problemas ambientais. (entenda-se neste contexto o ambiente propriamente dito) mas também sociais e econômicos, refletindo assim, na discrepância social exacerbada. A grande alternativa para estes problemas é o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvimento este que não deve ser visto como ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica, mas sim como opção de sistema de trabalho que traz benefícios para seus detentores, para a sociedade de forma geral e com mais eficácia ao meio ambiente.

Observa-se que o crescimento econômico do setor madeireiro, consequência do avanço da agricultura e pecuária na Região e a falta de desenvolvimento sustentável para esta tem provocado pressão sobre os recursos florestais que, se não forem manejados adequadamente, podem causar sérios danos ao meio ambiente.

Embora o Brasil tenha uma das mais modernas legislações ambientais do mundo, não tem sido suficiente para bloquear a devastação da floresta, sua ineficácia é motivada pelo desconhecimento da sociedade em relação a

suas normas que são heranças lusas advindas desde o período de colonização do País. Além disso, há a insuficiência de pessoal dedicado à fiscalização, as dificuldades em monitorar extensas áreas de difícil acesso, a fraca administração das áreas protegidas e a falta de envolvimento das populações locais.

Solucionar essa situação depende da forma como os fatores político, econômico, social e ambiental serão articulados. Outro grande problema da fiscalização é a corrupção interna, suborno pago pelos madeiros aos fiscais, possibilitando o transporte de cargas irregulares até o seu destino final, como tem sido amplamente divulgado pela mídia.

Segundo o Código Florestal Lei 4471/1965, artigo 16, as florestas e outras formas de vegetação nativa, ressaltadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo oitenta por cento, para as propriedades localizadas na Amazônia Legal.

Como se vê, as áreas destinadas à Reserva Legal, na Amazônia Legal, são muito extensas e são vistas pelos produtores rurais como áreas ociosas. Estas realmente são ociosas, quando não são aproveitadas de forma alternativa, como formato de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios, critérios técnicos e científicos ou para o caso das pequenas propriedades (áreas com até 150 ha), podendo ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas, como prevê o Código Florestal.

As alternativas existem, porém para técnicos e produtores é mais simples e lucrativo desmatar todas estas áreas e esperar a vinda de um novo Código Florestal que possa redimir o desmatamento cometido.

Isso torna necessária a realização de estudos que mostrem a importância do crescimento desse setor para o desenvolvimento econômico da Região, no intuito, de tornar eficiente o uso dos recursos advindos da exploração da Floresta Amazônica, objetivando-se que essa se faça de forma sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

O atual trabalho teve como objetivo impulsionar o Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Legal, a partir do levantamento florístico para fins alternativos como o extrativismo vegetal, uso medicinal, manejo florestal sustentável, com suas potencialidades (madeira destinada à produção de biomassa, indústria moveleira, indústria naval). Sendo este realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Colorado do Oeste (IFRO-CO)

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa foi realizado o levantamento de materiais bibliográficos, estudo de campo, para a identificação das espécies vegetais presentes nas áreas de Reserva Legal (levantamento fitossociológico). Com a identificação realizada, fez-se a catalogação destas espécies e registro fotográfico para a confecção de cartilha informativa.

Os dados coletados em campo foram tabulados. A partir disso, confeccionou-se placas de identificação contendo nome popular e científico de cada espécie. Com todos os levantamentos efetuados, os resultados serão levados a produtores rurais da região, sob forma extensionista.

RESULTADOS ESPERADOS

Há a expectativa de que o Desenvolvimento Sustentável seja disseminado na Amazônia Legal, através da identificação e determinação do potencial econômico das espécies vegetais ocorrentes na região, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Potencial econômico das espécies vegetais de áreas de floresta em região de Amazônia Legal

ESPÉCIES	UTILIDADES				
	MEDICINAL	MOVELA RIA	CARVOA RIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	NAVAL
<i>MYRACRODUON URUNDEUVA</i> (AROEIRA)			X	X	
<i>SCHIZOLOBIUM PARAHYBA</i> (BANDARRA)		X		X	X
<i>STRYPHODENDRON ADSTRINGENS</i> (BARBATIMÃO)	X	X		X	
<i>MYROCARPUS FRONDOSUS</i> (CABRIÚVA)		X	X	X	
<i>TABEBUIA CAÁINOIDES</i> (CAIXETA BRANCA)		X		X	
<i>SPONDIAS MOMBIN</i> (CAJAZEIRO)		X			X
<i>APULEIA LEIOCARPA</i> (GARAPEIRA)		X	X	X	X
<i>BERTHOLLETI EXCELSA</i> (CASTANHEIRA)		X			
<i>CEDRELA FISSILIS</i> (CEDRO)		X		X	X
<i>CAPAIFERA LANGSDORFII</i> (COPAÍBA)	X	X		X	
<i>AMBURANA CEARENSIS</i> (CEREJEIRAS)		X		X	X
<i>COLUBRINA GLANDULOSA</i> (FALSO PAU- BRASIL)		X		X	X
<i>CORDIA GOELDIANA</i> (FREIJÓ)		X		X	X
<i>PELTOPHORUM DUBIUM</i> (FARINHA-SECA)		X	X	X	
<i>HYMENAEA STIGONOCARPA</i> (JATOBÁ)	X	X	X	X	
<i>GENIPA AMERICANA</i> (JENIPAPO)	X				
<i>CARINIANA LEGALIS KUNTZE</i> (JEQUITIBÁ)		X	X	X	

ROSA)					
<i>TABEBUIA IMPETIGINOSA</i> (IPÊ ROXO)	X	X	X	X	X
<i>TABEBUIA AUREA</i> (IPÊ AMARELO)		X	X	X	X
<i>SWIETENIA MACROPHYLLA</i> (MOGNO)		X		X	
<i>DIDYMOPANAX MOROTOTONII</i> (MOROTOTÓ)		X		X	
<i>APEIBA TIBOURBOU</i> (PAU DE CANOA)		X			X
<i>BAUHINIA FORFICATA</i> (PATA-DE-VACA)	X	X	X		
<i>ASPIDOSPERMA CYLINDROCARPON</i> (PEROBA ROSA)				X	
<i>CARYOCAR ILLOSUM</i> (PIQUI)		X			X
<i>HERVEA BRASILIENSIS</i> (SERINGUEIRA)		X		X	
<i>BOWDICHIA NITIDA</i> (SUCUPIRA)	X	X		X	
<i>BIXA ORELLANA</i> (URUCUM)			X		
TOTAL	8	24	10	21	11

Espera-se que os alunos da Região assistam à aulas de campo na área estudada e desta forma, tenham a oportunidade de obter conhecimento em atividades rurais não convencionais . Acredita-se também que será possível chamar a atenção de entidades rurais representativas da Região para o grande problema do mau uso do solo e recursos naturais.

CONCLUSÃO

Diante de toda a riqueza de detalhes que foram captados, pode-se produzir um guia que será útil para professores e estudantes, como referencial bibliográfico, não só da região, mas também, para todos os interessados em desenvolver pesquisas de desenvolvimento e manejo sustentável em áreas de florestas em Reserva Legal na região da Amazônia Legal.

Este estudo também ressaltou a função social da propriedade rural, envolvendo o Manejo Sustentável da região facilitando assim, a otimização do uso dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARRETO, P. *et alii*. Custos e benefícios do manejo florestal para produção de madeira na Amazônia oriental, Série Amazônia, 10 (Belém: IMAZON, 1998).
2. CARVALHO, P.E.R. Espécies florestais brasileiras. Recomendações Silviculturais, potencialidades e uso da madeira. EMBRAPA-CNPQ. Brasília. 1994. 640 p.
3. IBGE. "Vegetação" em Atlas Nacional do Brasil, 3^a ed. (Rio de Janeiro: IBGE, 2000), p. 67.
4. LORENZI, H. Árvores brasileiras. Manual de Identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa. Ed. Plantarum. 1992. 352 p.